



3.000 pessoas secundam em Lugo a terceira manifestação

“O POVO GALEGO UNIDO CONTRA A DEPREDACIÓN ENERGÉTICA

- **Mais dum cento de coletivos de toda Galiza apoiaram esta convocatória**
- **Cartaz gigante, eólicos de papelão e música acompanharam a mobilização**

Lugo, 21 de Maio. Arredor de 3.000 pessoas participaram esta manhã em Lugo na manifestação **“O povo galego unido contra a depredação energética”**, convocada pela coordenadora local [Um Vento Vem](#).

Num **ambiente marcadamente festivo e reivindicativo**, e secundada por [mais dum cento de coletivos e organizações sociais de toda Galiza](#), a **mobilização partiu desde a Torre da Mosquera**, onde minutos antes da saída procedeu-se à **abertura desde a Muralla dum cartaz de 5m de alto com o lema “Não à invasão eólica”**, enquadrada entre duas bengalas verde e azul, em alusão aos polígonos industriais eólicos projetados na terra e no mar.

Eólicos gigantes, e multidão de expressões artísticas ligadas à denúncia da destruição ambiental e impatos sociais provocados pelo atual plano de desenvolvimento eólico, proclamas como **“não, não, não, macroeólicos não”** ou **“mais vizinhos e menos moinhos”**, alternaram-se com **cantigas contra a depredação energética**, algumas elaboradas expressamente para esta convocatória, como [Sermos un Xigante](#).

A seu passo pela **Câmara Municipal**, teve lugar o terceiro ato da [Santa Campanha](#), após a abertura da mesma através da [aparición à Conselleira de Medioambiente](#).

[Ánxeles Vázquez](#), na passada sexta 19 num comício em Mesia, e a segunda aparição onte num outro comício do BNG, também em Mesia.

Apelando às suas competências como administração local, vozeiras da manifestação instaram à futura corporação municipal a **atuar para paralisar o polígono Picato através da activação do Artigo 39.5 da Lei 39/2015 do Procedimento Administrativo Común das Administracións Públicas**, em virtude do qual quando uma Administração Pública tenha que ditar, no âmbito das súas competências, um ato que necessariamente tenha por base outro ditado por uma Administração Pública distinta e aquela entenda que é ilegal, poderá requirir a esta previamente para que anule ou revise, e, de rejeitar o requerimento, poderá interpor recurso contencioso-administrativo. Nestes casos, ficará suspenso o procedimento para ditar resolução.

“Na última reunião do Governo local de Lugo, há três dias, foi concedida licença urbanística para construir o polígono eólico no Monte Picato, e por isso pedimos às candidatas e candidatos municipais que revoguem e ativem esta lei para paralisá-lo. Queremos saber se as candidatas que concorrem às alcaldias de todos os municípios afetados pelas poligonais no território galego estão dispostas a iniciar este procedimento uma vez ocuparem os governos locais.”

Ao chegar á Subdelegação do Governo foram enumerados e apupados os polígonos eólicos marinhos e os últimos 6 projetos aprovados pelo Estado.

O **ato final** contou com as atuações de **As Filofóbicas; Pepa Yáñez; o coletivo CirQuak**, que simbolizou com um número circense a força que se desprende da unidade do povo, e cantigas antiélicas dinamizadas com acordeão e guitarra, fechando com a interpretação de **“Un Vento Vén” a cargo do Leo de Matamá.**

Hoje em Lugo voltou a ser evidente a crescente **oposição social, tanto nas áreas rurais como urbanas, à proliferação massiva de polígonos industriais eólicos imposta pela Junta da Galiza e pelo Governo do Estado ao abrigo dos interesses do oligopólio energético.**

A produção de energia renovável ten que se levar a cabo dum jeito racional e ordenado, e não a base de [modificar a legislação](#) para dificultar a participação social e acelerar o desenvolvimento de polígonos industriais eólicos sem ter em conta os seus impatos ambientais e humanos, como está a acontecer arestora.

Estes polígonos afetam diretamente às **águas, à paisagem, a uma questão essencial para a nossa supervivência como é a produção de alimentos, assim como à flora e à fauna protegida**, prejudicando diretamente a **qualidade de vida da vizinhança**, que de executar-se estes projetos veriam relegadas as aldeias nas que moram à condição de “parcelas” dum polígono industrial.

Esta invasão de projetos responde **unicamente a objetivos lucrativos para as empresas, convertendo a eletricidade noutra borbulha especulativa mais. De facto, grande parte da energia produzida a base da sua concentração em áreas de sacrifício**, como o nosso País, perde-se durante o seu deslocamento aos centros de consumo.

Por todos estes motivos pedimos **paralisar de jeito imediato o plano eólico vigente e os projetos em trámite, e apostar por um modelo energético**

transparente, justo, descentralizado e descarbonizado, que potencie a soberania energética dos povos, com redução do consumo e sustentado em redes de distribuição local.

Logo da manifestação teve lugar uma assembleia de coletivos de onde sairá a data e localização da vindoura manifestação.

Obrigado pela vossa atenção

**Mais informação: unventoven@gmail.com
@unventovén**